



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS – SEARH
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL – SESED
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA - ITEP/RN

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021

INFORMAÇÕES DO EDITAL DE ABERTURA QUANTO ÀS DISCURSIVAS

- 12.3.1 A Prova Discursiva para o cargo de **Assistente Técnico Forense**, será composta por **02 (duas) Questões Teóricas de Conhecimentos Específicos**, conforme Anexo II - dos Conteúdos Programáticos.
- 12.3.2 A correção da Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada por uma Banca Corretora, conforme os aspectos mencionados na Tabela 12.3, cuja pontuação **máxima será de 05 (cinco) pontos para cada questão, totalizando 10 (dez) pontos. O candidato deverá obter 50% (cinquenta por cento) ou mais do total da pontuação prevista para cada questão da Prova Discursiva, para não ser eliminado do concurso público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.**
- 12.3.5 As Questões Teóricas de Conhecimentos Específicos serão avaliadas considerando-se os aspectos presentes na Tabela 12.3:

TABELA 12.3

Aspectos:		Descrição:	Pontuação máxima
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	2
2	Atendimento ao tema proposto na questão	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva.	1
3	Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva.	1
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais). Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos demais aspectos (1, 2 e 3), o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).	1
TOTAL DE PONTOS PARA CADA QUESTÃO			5 pontos

- 12.4.1 A Prova Discursiva para os cargos de **Perito Médico Legista, Perito Médico Legista na área de Psiquiatria e Perito Odontologista**, será composta por **02 (duas) Questões Teóricas e 01 (um) Estudo de Caso que abordem Conhecimentos Específicos**, conforme Anexo II - dos Conteúdos Programáticos.
- 12.4.2 A correção da Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada por uma Banca Corretora, conforme os aspectos mencionados nas Tabelas 12.4 e 12.5, cuja pontuação **máxima será de:**
- a) para cada Questão Teórica, **02 (dois) pontos;**
- b) para o Estudo de Caso, **06 (seis) pontos;**
- c) a pontuação total da Prova Discursiva será de **10 (dez) pontos. O candidato deverá obter 50% (cinquenta por cento) ou mais do total da pontuação prevista para cada Questão Teórica e para o Estudo de Caso da Prova Discursiva, para não ser eliminado do concurso público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.**

12.4.3 A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.

12.4.5 As Questões Teóricas e o Estudo de Caso serão avaliados considerando-se os aspectos presentes nas Tabelas 12.4 e 12.5:

TABELA 12.4

QUESTÕES TEÓRICAS			
Aspectos:		Descrição:	Pontuação máxima
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	0,8
2	Atendimento ao tema proposto na questão	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva.	0,4
3	Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva.	0,4
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais). Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos demais aspectos (1, 2 e 3), o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).	0,4
TOTAL DE PONTOS PARA CADA QUESTÃO			2 pontos

TABELA 12.5

ESTUDO DE CASO			
Aspectos:		Descrição:	Pontuação máxima
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	3
2	Atendimento ao tema proposto na questão	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva.	1
3	Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva.	1
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais). Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos demais aspectos (1, 2 e 3), o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).	1
TOTAL DE PONTOS PARA O ESTUDO DE CASO			6 pontos

O candidato disporá de, no mínimo, **10 (dez) linhas, e, no máximo, 20 (vinte) linhas** para elaborar a resposta de **cada Questão Teórica**, e no mínimo, **15 (quinze) linhas, e, no máximo, 30 (trinta) linhas** para elaborar o **Estudo de Caso**, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.

12.5.5 O candidato terá sua Prova Discursiva (Questões Teóricas e o Estudo de Caso, quando houver) avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
- manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
- apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;

- f) não apresentar as Questões Teóricas e o Estudo de Caso redigidos na Folha da Versão Definitiva ou entregá-los em branco, ou desenvolvê-los com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- g) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- 12.6 Quanto ao resultado da Prova Discursiva, caberá interposição de recurso nos termos do item 19 deste Edital.

NÍVEL SUPERIOR – TARDE QUESTÕES TEÓRICAS

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – ADMINISTRAÇÃO

1

O processo administrativo nas organizações compreende o planejamento, a organização, a direção e o controle. Em todos os processos, o administrador necessita tomar decisões específicas e gerais sobre a instituição. Considere o processo organização e descreva-o como um processo de tomada de decisões em suas subdivisões.

R.: Organizar é um processo de tomada de decisões que inclui dividir, integrar e coordenar as atividades e os recursos organizacionais de forma a alcançar as metas definidas. O resultado do processo de organização é o desenho da estrutura organizacional.

A divisão do trabalho é um dos pressupostos básicos nas organizações. Por possibilitar sinergia na cooperação eficiente dos membros organizacionais, obedece a critérios racionais e se manifesta na especialização vertical e na horizontal das tarefas, na hierarquia e na disposição de autoridades e responsabilidades na cadeia de comando e nas diferenças horizontais entre os departamentos.

A integração é uma consequência direta da divisão do trabalho e refere-se ao agrupamento e à associação das tarefas, atividades e recursos organizacionais em unidades de trabalho a fim de permitir melhor coordenação. A integração se manifesta em cargos, posições e funções organizacionais e nos critérios de departamentalização que agrupam atividades e recursos organizacionais.

Por fim, a coordenação utiliza mecanismos que buscam a colaboração entre os vários departamentos, a fim de alcançar os objetivos globais da organização. A coordenação tem como objetivo evitar conflitos interdepartamentais, sem reduzir as diferenças que contribuem para a realização eficiente das tarefas.

Dessa maneira, tomar decisões acerca da organização é uma das funções mais complexas do administrador, uma vez que se trata de estabelecer processos aparentemente contraditórios entre si, como dividir, integrar e coordenar.

2

O orçamento público é regido por leis que o definem e possui fases de elaboração que também são transformadas em leis. Defina o ciclo orçamentário e comente sobre suas fases.

R.: Ciclo ou processo orçamentário é um processo contínuo pelo qual os gastos para projetos e programas governamentais são propostos, aprovados e executados, composto das fases de elaboração e execução das leis orçamentárias Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA), com base nas orientações políticas do governo, e finaliza com a fase de avaliação e controle.

O processo começa com o planejamento de médio prazo (PPA) com o estabelecimento de metas e prioridades do governo para os próximos quatro anos. O projeto é concebido durante o primeiro ano de mandato presidencial, enquanto ainda vigora o PPA e o orçamento elaborados pela equipe econômica antecessora.

Na etapa seguinte, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias por meio da LDO, as quais são apresentadas em termos monetários na LOA. A LDO, elaborada a cada ano, tem por objetivo fazer o elo entre o PPA e a LOA, definindo metas e prioridades a serem seguidas pelo orçamento do exercício subsequente e orientando a elaboração da LOA.

A LOA é o orçamento anual e compreende o orçamento fiscal e o orçamento de investimento.

Na fase de avaliação e controle, que pode ocorrer concomitantemente com a de execução, são produzidos os balanços que serão apreciados e auditados, além de avaliações realizadas pelos órgãos de coordenação e pelas unidades setoriais com vistas à realimentação do processo seguinte.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – ANALISTA DE SISTEMAS

1

Disserte a respeito de quais são as principais atividades ou ações que visam à otimização de um processo. Na sequência, disserte sobre o conceito das seguintes terminologias utilizadas no gerenciamento de processo: Metodologias, Métodos, Técnicas, Modelos e Análise e Modelagem de Processos.

R.: Obter sugestões dos profissionais que atuam no processo para que contribuam na otimização com suas experiências e conhecimentos técnicos, eliminar ou modificar as atividades que não agreguem valor ou que sejam explicitamente retrabalho, identificar e implementar melhorias na sequência das atividades, evitando repetições ou

retrocessos desnecessários. Selecionar e designar o melhor executor para cada atividade e agrupar as atividades complementares. Essas atividades são as básicas para otimização do processo.

As metodologias são os passos ou as etapas e critérios a serem seguidos em um projeto ou atividade. Os métodos são os procedimentos ou as maneiras escolhidas para realizar atividades. As técnicas são práticas ou conjunto de métodos (conjunto de objetos ou símbolos de modelagem de processos). Os modelos são formas de representação da realidade ou de objetos reais como maquetes, desenhos, diagramas e fluxogramas. Por fim, a análise e a modelagem de processos são atividades voltadas a levantamento, identificação, descrição, desenho e documentação de processos. Conhecer e dominar tais conceitos são de suma importância para a condução de um projeto ou execução de um processo com segurança e propriedade.

2

Scrum é um método ágil geral cujo foco está no gerenciamento do desenvolvimento iterativo. Disserte a respeito das características do processo Scrum, descrevendo suas etapas, seu atores e conceitos.

R.: Na metodologia SCRUM, os sprints são de comprimento fixo, normalmente duas a quatro semanas. Eles correspondem ao desenvolvimento de um release do sistema em XP. O ponto de partida para o planejamento é o backlog do produto, que é a lista do trabalho a ser feito no projeto. Durante a fase de avaliação do sprint, este é revisto, e as prioridades e os riscos são identificados. O cliente está intimamente envolvido nesse processo e, no início de cada sprint, pode introduzir novos requisitos ou tarefas. A fase de seleção envolve todos da equipe do projeto que trabalham com o cliente para selecionar os recursos e a funcionalidade a ser desenvolvida durante o sprint. Uma vez que todos estejam de acordo, a equipe se organiza para desenvolver o software. Reuniões diárias rápidas, envolvendo todos os membros da equipe, são realizadas para analisar os progressos e, se necessário, repriorizar o trabalho. Nessa etapa, a equipe está isolada do cliente e da organização, com todas as comunicações canalizadas por meio do chamado 'Scrum Master'. O papel do Scrum Master é proteger a equipe de desenvolvimento de distrações externas. A maneira como o trabalho é desenvolvido depende do problema e da equipe. No fim do sprint, o trabalho é revisto e apresentado aos stakeholders. O próximo ciclo sprint começa em seguida.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – ARQUITETURA

1

No momento do desenvolvimento do projeto arquitetônico, como o arquiteto pode fazer escolhas que colaborem para o conforto ambiental da edificação?

R.: A questão ambiental deve ser introduzida logo no início da concepção do projeto arquitetônico, pois implica condicionantes fundamentais que interferem nas soluções adotadas pelo projetista. Dentre elas, as relações ambientais em escala local que influem diretamente na qualidade da concepção do projeto arquitetônico através de uma boa ventilação natural (definição de tipo, forma e orientação das aberturas); da utilização de dispositivos não poluentes do ar, da água ou do solo; de sistema de esgoto; do uso adequado do relevo, respeitando as curvas níveis, evitando cortes ou aterros desnecessários; da conservação da vegetação significativa; do conforto termoacústico; da valorização da insolação e da proteção de seu excesso.

É fundamental o conhecimento das variáveis climáticas para o desenvolvimento do projeto arquitetônico, para se alcançar edificações mais adequadas ao conforto dos usuários e mais eficientes com relação ao consumo de energia. Entender a orientação solar é um dos requisitos principais para determinar a implantação da edificação no lote e como ela receberá a luz do sol. É possível tirar partido ou mesmo evitar a luz e o calor solar. Nesse sentido, cabe ao projetista avaliar a orientação solar no local de implantação, assim como adotar critérios e estratégias para maximizar os ganhos e minimizar os prejuízos advindos da radiação solar, conciliando os ganhos de carga térmica com a iluminação natural, fundamental para a saúde humana e para a redução do consumo energético.

2

A propriedade urbana cumpre sua função social quando assegura o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. No âmbito do planejamento urbano, discorra sobre a definição de Plano Diretor e como esse documento deve ser desenvolvido e implantado nos Municípios.

R.: O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal. É obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, aquelas integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, áreas de especial interesse turístico, aquelas inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, dentre outras.

O plano diretor deve ser aprovado por lei municipal, devendo ser revisto a cada dez anos, pelo menos. Ele deve englobar todo o território do município, incluindo áreas urbanas e rurais. Para a elaboração do plano diretor, deverá ser garantida uma equipe técnica multidisciplinar, assim como a promoção de audiências públicas e debates com

a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, sendo dada publicidade aos documentos e às informações produzidos e acesso de qualquer interessado.

As definições feitas no plano diretor serão especificadas em leis municipais, como a legislação de uso e ocupação do solo e Códigos de obras e posturas.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – BIBLIOTECONOMIA

1

O que é, qual é a origem e o que estabelece o “Princípio da Conveniência do Usuário” (ou “Princípio do Interesse do Usuário”), difundido na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação?

R.: É o primeiro e mais importante dos princípios da “Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação”, firmada originalmente como “Princípios de Paris” em 1961, substituída e ampliada em 2009, e publicada pela IFLA. A Declaração é diretriz para a criação de uma estrutura na construção de formas de representação, como os códigos de catalogação, e para solução de problemas específicos, através de decisões adotadas pelos catalogadores. O Princípio é pautado nas ideias de Cutter sobre a estrutura da representação focada no usuário e pressupõe que “as decisões relativas à descrição e a formas controladas dos nomes para acesso devem ocorrer tendo em conta o utilizador” (conforme a versão portuguesa do Princípios). Em tradução brasileira de 2016, foi nomeado como Princípio do “Interesse do usuário”, definindo “que se deve fazer todos os esforços para manter todos os dados compreensíveis e adequados para os usuários” e que “as decisões referentes à criação das descrições e as formas controladas dos nomes para os acessos devem ocorrer tendo em mente o usuário” – isto é, todos os esforços devem ser realizados para manter todos os dados compreensíveis e adequados aos usuários, para que a informação seja alcançada rapidamente.

2

Descreva as regras gerais de apresentação de resumos, referentes ao segmento que enfoca o texto, propriamente dito, conforme previsto na NBR 6028/2021 da ABNT.

R.: Um resumo é a apresentação concisa dos pontos considerados relevantes no conteúdo de um texto (1). Sua forma, envolvendo ordem e extensão dos elementos, depende do tipo de resumo escolhido para a representação (2), e do tratamento dado a cada um dos pontos relevantes no documento original (3): o informativo (4), recomendado para documentos técnicos ou científicos (5) e que pode dispensar a consulta ao original (6); e o indicativo (7), que não dispensa essa consulta (8). Deve ser composto por uma sequência de frases igualmente concisas (9), com o verbo na terceira pessoa (10), sem enumeração de tópicos (11), e em parágrafo único (12). Convém evitar símbolos, contrações, reduções e outros sinais que não sejam de uso corrente (13); assim como fórmulas, equações, diagramas etc. (14), se não forem essenciais para a compreensão do conteúdo do texto através do resumo (15) – neste caso, esses elementos devem ser imediatamente definidos (16). Admite-se, embora a norma não especifique, o recuo inicial do texto (17). Na prática, é comum a apresentação do resumo em bloco (18), justificado à esquerda e à direita (19). Enfim, a apresentação gráfica do resumo dependerá do padrão do documento no qual será inserido (20).

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – CONTABILIDADE/ECONOMIA

1

Consoante preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a transparência é o princípio norteador das ações da Administração Pública, pois exige que todos os atos das entidades públicas devem ir além da publicidade formal, pois a LRF determina ampla prestação de contas em diversos meios.

Diante do exposto, produza um texto, enfocando o princípio da transparência da gestão fiscal nas entidades públicas, descreva seu alcance nas entidades públicas e informe quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal. Sua resposta deve estar em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

R.: A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) vincula o alcance o princípio da transparência da gestão fiscal a todas as esferas públicas (federal, estadual, distrital e municipal) em seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como aos Tribunais de Contas, aos Ministérios Públicos, as Defensorias Públicas, e às respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, obrigando-os à disponibilização e à ampla divulgação dos seus instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público - dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; das prestações de contas e do respectivo parecer prévio; do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal; e das versões simplificadas desses documentos.

Outrossim, a transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; da liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

e da adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

2
Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCAS), para melhor compreensão do processo orçamentário, a gestão quanto ao planejamento e execução da receita orçamentária pode ser dividida nas seguintes etapas (estágios): previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Nesse sentido, discorra sobre cada etapa da receita orçamentária. Sua resposta deve estar em consonância com o manual, as normas e a legislação vigente.

R.: A etapa ou estágio da previsão de arrecadação da receita orçamentária deverá constar na Lei Orçamentária Anual (LOA), existindo-se a partir do resultado de metodologias de projeção usualmente adotadas, observadas as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão nos instrumentos de planejamento orçamentários (PPA, LDO e LOA). Já o estágio do lançamento da receita orçamentária representa o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, conforme dispõe o art. 53 da Lei nº 4.320/1964.

Por conseguinte, a arrecadação corresponde à entrega dos recursos devidos ao tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente. É importante destacar que, segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas no tesouro do ente.

E, por fim, o recolhimento representa a transferência dos valores arrecadados à conta específica do tesouro do ente, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa, conforme determina o art. 56 da Lei nº 4.320/1964.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – DIREITO

1

Discorra sobre o crime impossível abordando seu conceito, natureza jurídica e teoria adotada. Por fim, no que tange à consumação, diferencie o crime impossível da tentativa.

R.: O crime impossível, também conhecido por tentativa inadequada ou crime oco, é aquele que se verifica quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, jamais se terá a consumação. Nesse esteio, trata-se de autêntica causa excludente da tipicidade, eis que o fato praticado pelo agente não se enquadra em nenhum tipo penal.

Por sua vez, no que tange a teoria adotada, o nosso ordenamento jurídico acolheu a teoria objetiva temperada (intermediária), segundo a qual para a configuração do crime impossível, e, por corolário, para o afastamento da tentativa, os meios empregados e o objeto do crime devem ser absolutamente inidôneos a produzir o resultado idealizado pelo agente. Caso a inidoneidade seja relativa, restará configurada a tentativa.

Por fim, com relação a possibilidade de consumação do delito, destaca-se que na tentativa, em tese, é possível a sua consumação, a qual somente não ocorre por circunstâncias alheias à vontade do agente, enquanto no crime impossível a consumação nunca pode ocorrer, seja em razão da ineficácia absoluta do meio, seja por força da impropriedade absoluta do objeto.

2
As provas cautelares, as não repetíveis e as antecipadas, quando produzidas na fase de investigação, são admitidas pela legislação processual penal na formação da convicção do julgador? Justifique sua resposta conceituando e exemplificando cada uma.

R.: Nos termos da legislação processual penal, as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas são admitidas para a formação da convicção do julgador, ainda que coletadas na fase de investigação.

As provas cautelares são aquelas em que há um risco de desaparecimento do objeto da prova em razão do decurso do tempo, em relação às quais o contraditório será diferido. A título de exemplo, pode ser citada a interceptação telefônica.

Por sua vez, as provas não repetíveis, também de contraditório diferido, são aquelas que, uma vez produzidas, não têm como serem novamente coletadas ou produzidas, em virtude do desaparecimento, destruição ou perecimento da fonte probatória, a exemplo do exame de lesões corporais realizado logo após o crime.

Por fim, as provas antecipadas são aquelas produzidas com a observância do contraditório real, perante a autoridade judicial, em momento distinto daquele legalmente previsto, em virtude de situação de urgência e relevância. Como exemplo, podem ser citados os casos de depoimentos de testemunha em vias de deixar o País ou portadora de doença que possa sujeitá-la à morte antes do início da fase instrutória do processo.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – ENFERMAGEM DO TRABALHO

1

As exposições ocupacionais a materiais biológicos potencialmente contaminados são um sério risco aos profissionais em seus locais de trabalho. Estudos desenvolvidos nessa área mostram que os acidentes envolvendo sangue e outros fluidos orgânicos correspondem às exposições mais frequentemente relatadas. Os ferimentos com agulhas e material perfurocortante, em geral, são considerados extremamente perigosos por serem potencialmente capazes de transmitir mais de 20 tipos de patógenos diferentes, sendo o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), o da hepatite B e o da hepatite C os agentes infecciosos mais comumente envolvidos. O risco ocupacional após exposições a materiais biológicos é variável e depende do tipo de acidente e de outros fatores, como gravidade, tamanho da lesão, presença e volume de sangue envolvido, além das condições clínicas do paciente-fonte e uso correto da profilaxia pós-exposição.

Em relação ao assunto, discorra a respeito da conduta adequada frente à área exposta e da avaliação do acidente de acordo com o protocolo de exposição a materiais biológicos.

R.: Em relação às condutas que deve adotar com **área exposta**, expõe-se que deverá ser realizada a Lavagem do local exposto com água e sabão nos casos de exposição percutânea ou cutânea. Nas exposições de mucosas, deve-se lavar exaustivamente com água ou solução salina fisiológica. Não há evidência de que o uso de antissépticos ou a expressão do local do ferimento reduzam o risco de transmissão, entretanto o uso de antisséptico não é contraindicado. Não devem ser realizados procedimentos que aumentem a área exposta, tais como cortes e injeções locais. A utilização de soluções irritantes (éter, glutaraldeído e hipoclorito de sódio) também está contraindicada. Já em relação à **avaliação do acidente**, será necessário estabelecer o material biológico envolvido: sangue, fluidos orgânicos potencialmente infectantes (sêmen, secreção vaginal, liquor, líquido sinovial, líquido pleural, peritoneal, pericárdico e amniótico), fluidos orgânicos potencialmente não infectantes (suor, lágrima, fezes, urina e saliva), exceto se contaminados com sangue; o tipo de acidente: perfurocortante, contato com mucosa, contato com pele com solução de continuidade; e o conhecimento da fonte: fonte comprovadamente infectada ou exposta à situação de risco ou fonte com origem fora do ambiente de trabalho, fonte desconhecida.

2

A raiva é uma antroponose transmitida ao homem pela inoculação do vírus presente na saliva e nas secreções do animal infectado, principalmente pela mordedura. Apresenta letalidade de aproximadamente 100% e alto custo na assistência preventiva às pessoas expostas ao risco de adoecer e morrer. Apesar de ser conhecida desde a antiguidade, continua sendo um problema de saúde pública. Sua profilaxia de pré-exposição deve ser indicada para pessoas com risco de exposição permanente ao vírus da raiva, durante atividades ocupacionais exercidas por profissionais como: médicos veterinários; biólogos; profissionais de laboratório de virologia e anatomopatologia para raiva; estudantes de medicina veterinária, zootecnia, biologia, agronomia, agrotécnica e áreas afins.

Considerando o exposto, explique a profilaxia de pré-exposição que é indicada para pessoas com risco de exposição permanente ao vírus da raiva, durante atividades ocupacionais, e descreva suas vantagens.

R.: O esquema da vacina antirrábica é de três doses, sendo sua data de aplicação no dia 0, dia 7 e dia 28. Quanto à via de administração, dose e local de aplicação, poderá ser aplicada na via intramuscular profunda, utilizando-se dose completa, no músculo deltoide ou vasto lateral da coxa. (não aplicar no glúteo); e na via intradérmica, 0,1ml na inserção do músculo deltoide, utilizando-se seringas de 1ml e agulhas hipodérmicas curtas. O Controle sorológico deverá ser realizado a partir do 14o dia após a última dose do esquema, sendo que os resultados são considerados satisfatórios quando os títulos de anticorpos são > 0,5UI/ml. Em caso de título insatisfatório, isto é, < 0,5UI/ml, deve-se aplicar 1 dose completa de reforço pela via intramuscular e reavaliar a partir do 14o dia após o reforço. Profissionais que trabalham em situação de alto risco, como os que atuam em laboratório de virologia e anatomopatologia para raiva e os que trabalham com a captura de morcegos, devem realizar a titulação a cada seis meses. Ressalta-se o controle sorológico (titulação de anticorpos) é exigência indispensável para a correta avaliação da pessoa vacinada. A profilaxia pré-exposição apresenta as seguintes vantagens: simplifica a terapia pós-exposição, eliminando a necessidade de imunização passiva, diminui o número de doses da vacina e desencadeia resposta imune secundária mais rápida (booster), quando iniciada a pós-exposição.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – ENGENHARIA CIVIL

1

Ao se realizar o projeto em planta de uma rodovia, nos pontos de interseção entre os trechos em tangente, deve-se projetar as chamadas curvas horizontais, as quais basicamente podem ser classificadas em curvas horizontais simples ou curvas horizontais com transição. Discorra sobre as diferenças entre esses dois tipos de curvas e suas características. Discorra, também, sobre o que é superlargura e superelevação nos trechos circulares e quais são as possíveis consequências caso não sejam feitas as suas adoções.

R.: As curvas horizontais simples consistem basicamente em um trecho circular com um raio e ângulo central bem definidos, em que, nos pontos de conexão entre o trecho em tangente (reto) e circular, existe uma mudança brusca na força centrífuga atuante nos veículos. Já as curvas horizontais com transição fazem a adoção de transições entre os trechos em tangente e os trechos circulares. Dessa forma, a transição atua permitindo um acréscimo/decréscimo gradativo da força centrífuga, não tendo mudanças bruscas, o que confere maior conforto e segurança, porém seu custo de execução é mais caro.

A superlargura é um acréscimo de largura nas faixas nos trechos circulares que permite uma melhor acomodação dos veículos, uma vez que, nas curvas, eles ocupam maiores espaços que nos trechos retos. A superelevação consiste na inclinação transversal das faixas de tráfego, fazendo com que a força peso auxilie na resistência contra a força centrífuga que tenta expulsar os veículos para fora da curva. A não adoção desses dois elementos pode gerar uma sensação de insegurança nos motoristas, decréscimo de velocidades no trecho, menor fluidez e maiores índices de acidentes.

2

Um dos elementos importantes na hora da compatibilização dos projetos de um edifício são os SPFAQs (Sistemas Prediais de Água Fria e Água Quente). A respeito desses sistemas, é utilizada água potável proveniente de alguma fonte. Considerando a utilização da água distribuída pela concessionária pela rede pública de água potável, liste, em ordem de passagem da água, e explique os elementos do sistema de água fria desde a ligação com a rede pública até o ponto de consumo/aparelho sanitário. Considere hidrômetro coletivo e utilização de reservatório inferior e superior.

R.: O primeiro elemento é o ramal predial. Esse ramal liga a rede pública até o alimentador predial e é de responsabilidade da concessionária. Na sequência, tem-se o alimentador predial, que é uma tubulação que faz o abastecimento do reservatório inferior. O reservatório inferior armazena uma parte do volume de armazenamento, porém se dissipa a carga hidráulica proveniente da rede pública. Assim, sua carga hidráulica é a própria altura do nível da água. Na sequência, tem-se uma estação elevatória em que se tem respectivamente a tubulação de sucção, um conjunto moto-bomba e tubulação de recalque. Essa estação tem a função de fornecer uma altura manométrica para a água do reservatório inferior chegar ao reservatório superior. O reservatório superior tem a função de armazenar o resto do volume de armazenamento e manter o sistema de distribuição a montante dele pressurizado pela gravidade. Na sequência, tem-se o barrilete, que é a tubulação na horizontal com a função de levar água do reservatório superior até as colunas de distribuição. As colunas de distribuição são tubulações verticais passando por diversos pavimentos com a função de abastecer os ramais. Os ramais são tubulações compreendidas em um pavimento que abastecem os sub-ramais, estes têm a função de abastecer um único ponto de consumo, como um chuveiro ou uma bacia sanitária.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

1

Dentre as inúmeras técnicas e ferramentas existentes na atualidade, a RCFA (*Root Cause Failure Analysis* ou *Análise da Causa Raiz de Falha*) se destaca, em muitos casos, por unir simplicidade e ótimos resultados. Essa técnica permite a utilização de ferramentas tanto na parte inicial (descrição) quanto na parte de análise. Assim, discorra sobre os objetivos de aplicação da RCFA e cite e conceitue uma ferramenta que poderia ser utilizada na análise para a resolução de falhas.

R.: A RCFA é uma forma de descobrir os motivos que ajudaram no surgimento de um problema, uma vez que, se tentar atacar logo as causas, o problema será mais bem resolvido. Partindo desse pressuposto, a elaboração e a aplicação de um plano de ação corretiva tornam-se possíveis e as causas dos defeitos passam a ser controladas, atuando em toda a cadeia do processo evitando, então, que o defeito volte a acontecer.

A Análise de Causa Raiz da Falha (RCFA) é uma ferramenta de confiabilidade que busca evitar a ocorrência de futuras falhas, através da definição e solução das causas raízes dos eventos ocorridos.

Esse método une a descrição do modo à verificação e às hipóteses das não conformidades encontradas, de modo a possibilitar a realização de análises e a eliminação definitiva das falhas, mostrando com isso as origens do problema, sejam elas humanas, físicas ou, ainda, ocultas.

A RCFA se trata de um método de análise de falhas, sempre utilizado para equipamentos críticos que são considerados gargalos no processo produtivo. Esta ferramenta foi desenvolvida com o intuito de auxiliar a

identificação das causas pelas quais ocorreu um determinado evento, e não apenas o que e como o evento aconteceu. Assim, só serão viáveis as ações de combate à reincidência de um evento se, e somente se, o motivo que originou o surgimento de um defeito for identificado. Ou seja, analisar e atuar sobre defeito até que a causa original que o fez ocorrer seja identificada. A Metodologia do RCFA, Análise da Causa Raiz da Falha (*Root Cause Failure Analysis*) tem como objetivo identificar as Causas Raiz da Falha para tomar ações pró-ativas para eliminá-las.

Em comum, toda RCFA utiliza ferramentas de qualidade para definir e analisar a falha, como também, um plano de ação para acompanhamento das ações necessárias. No exposto, uma das seguintes ferramentas deve ser citada e conceituada.

FERRAMENTAS CONTIDAS NA RCFA

As ferramentas mais utilizadas na resolução de falhas tanto na parte inicial (qual descreve o problema) quanto na parte de análise, são:

- Estratificação: para Vieira (1999), estratificação é o processo de dividir o todo heterogêneo em subgrupos. Essa ferramenta é utilizada no início de uma análise, com o propósito de observar onde está o problema. Werkema (1995) enfatiza que se deve estratificar de acordo com o que se deseja verificar: tempo, local, tipo, sintoma e indivíduo são produtos de uma estratificação.
- Folha de verificação: é uma planilha para controle de dados. Geralmente, utilizada no cabeçalho de análise de falhas, apresentando dados iniciais da falha como: data, hora, responsável, ação imediata, tempo, entre outros (VIEIRA, 1999).
- O Brainstorming: traduzida como tempestade de ideias, é uma dinâmica de grupo, que destaca todas as hipóteses relacionadas ao problema que sequer resolver. Com o levantamento das sugestões, pode-se definir o que é realmente relacionado com a falha e o que não é (ABRANTES, 2009).
- O Diagrama de Ishikawa: chamado também de diagrama de causa e efeito, pois seu objetivo é investigar, de forma clara, a relação entre os dois. A construção do diagrama é composta por seis componentes: Máquina, Método, Mão de Obra, Material, Medição e Meio Ambiente (ABRANTES, 2009).
- Gráfico de Pareto: é um gráfico de barras que ordena de forma gradual a frequência das ocorrências. Paralelamente, é traçado outro gráfico com o percentual das ocorrências. De maneira geral, é prático selecionar as ocorrências que representam 80 % das falhas totais (ABRANTES, 2009).
- A Análise dos 5 Porquês: é uma tabela que destaca a repetição da interrogação “por quê”, para que se possa justificar a ocorrência de uma falha. Acredita-se que, com os 5 porquês, o verdadeiro motivo da avaria seja identificado (WAEYENBERG; PINTELON, 2002).
- O Plano de Ação: também conhecido com metodologia 5W2H, é uma ferramenta que está relacionada a sete perguntas que compõe o plano: O que deve ser feito (What?); Por que deve ser feito (Why?); Quando deve ser feito (When?); Quem fará (Who?); Onde será feito (Where?); Como será feito (How?) Quanto custará (How much does it cost?) (ABRANTES, 2009).
- Gráfico de controle: é um gráfico no qual se monitora, com determinada frequência, os resultados em relação a uma meta ou indicador. Em alguns casos, é necessário estabelecer uma meta auxiliar para que o limite não seja extrapolado (WERKEMA, 1995.).

2

A Análise de Modos de Falhas e Efeitos (FMEA - *Failure Mode and Effect Analysis*) de processo auxilia a reduzir os riscos de falha, uma vez que ajuda na avaliação objetiva dos requerimentos do processo, ampliando a probabilidade de que todos os modos potenciais de falha e suas respectivas causas e efeitos sejam analisados. Entre as vantagens do uso da FMEA de processo reportadas na literatura, encontram-se: (1) Auxilia na identificação dos parâmetros do processo a serem controlados para reduzir ou detectar a condição de falha no processo; (2) Ajuda a priorizar os modos potenciais de falha, estabelecendo uma ordem para as ações de melhoria no processo.

Assim, considerando as 2 (duas) vantagens apresentadas anteriormente, comente como é feita a identificação dos parâmetros e como são priorizados os modos potenciais de falha.

R.: Inicialmente, o engenheiro responsável pela condução do estudo de FMEA deve reunir a equipe de trabalho. A equipe deve conter participantes com conhecimento das diversas áreas envolvidas (materiais, manufatura, montagem, qualidade, manutenção, assistência técnica etc.). Além do conhecimento técnico, também é desejável que os participantes tenham habilidade para trabalhar em equipe.

Paralelamente à formação da equipe, o engenheiro responsável deve reunir os documentos que servirão de suporte ao desenvolvimento da FMEA de processo. Há muitos documentos à disposição dos engenheiros que são úteis no preparo da FMEA de processo. Entre os documentos usualmente pertinentes, além do próprio projeto do processo, podem ser citados: descrição das etapas do processo, manuais de treinamento e operação, manuais de segurança, resumo da capacidade e capacidade dos equipamentos, especificações a serem atendidas, normas aplicáveis. Quanto melhor a definição das especificações a serem atendidas, mais fácil será identificar os modos potenciais de falha e as ações corretivas.


O estudo propriamente dito deve iniciar listando as características que o processo deve satisfazer e aquelas que ele não precisa satisfazer. Quanto melhor a definição das características desejadas, mais fácil será identificar os modos potenciais de falha e as possíveis ações corretivas. Logo de início, deve ser feito o desenho do fluxograma do processo, indicando o encadeamento geral das etapas do processo. Esse desenho deve esclarecer a sequência de etapas que compõem o processo, homogeneizando terminologia, facilitando a visualização das interfaces e as discussões técnicas.

Os participantes da equipe analisam a primeira operação e indicam modos de falha potenciais. O modo potencial de falha é definido como a maneira na qual um determinado processo pode falhar em atingir os requerimentos ou especificações do projeto. Trata-se de uma descrição de uma possível não-conformidade associada com a operação em estudo. Devem ser listados todos os modos potenciais de falha pertinentes a cada operação. Qualquer modo de falha cuja probabilidade de ocorrência não seja praticamente nula deve ser listado. A relação deve conter, inclusive, aqueles modos de falha que só ocorrem em certas situações (por exemplo, em dias com umidade muito elevada ou quando a produção está sobrecarregada). É importante entender que aquilo que está sendo indicado como modo potencial de falha do item em estudo pode ser a causa de um modo de falha em uma operação subsequente, ou o efeito de um modo de falha em uma operação anterior. A questão do que é causa, modo de falha ou efeito fica esclarecida quando é definida a operação que está sendo analisada. Por exemplo, o erro no ajuste da haste é modo de falha da operação de montagem da haste (pode ser efeito de um amassamento, produzido na etapa anterior de furação da haste, e pode ser a causa de folga excessiva observada na operação subsequente de montagem do conjunto). A lista de modos potenciais de falha é construída com base na experiência da equipe, em geral fruto da interação entre os participantes, conduzida em um ambiente de brainstorming, em que todos podem se manifestar. Como ponto de partida, pode-se usar aquilo que deu errado no passado, em operações similares. Devem ser listados todos os modos potenciais de falha para a operação em estudo, falhas estas que irão comprometer a qualidade da parte que está sendo produzida. Para auxiliar na identificação dos modos potenciais de falha, as seguintes questões são pertinentes: de que forma o processo ou a parte podem falhar em atingir as especificações? Independentemente das especificações de engenharia, que outros aspectos poderiam ser questionados (criticados) pelo cliente? Um bom ponto de partida é a comparação com processos similares e a análise das reclamações dos clientes associadas com partes similares àquela que está sendo processada. Exemplos de modos de falha típicos são: fissurado, deformado, sujo, mal ajustado, circuito aberto, desgastado, riscado, amassado, dobrado, colado etc. Relatórios de problemas no processo, dados da assistência técnica e reclamação de clientes costumam ser fontes importantes de informação. Os modos de falha devem ser descritos em termos técnicos (não em forma de voz do cliente), uma vez que serão analisados pela equipe técnica.

A priorização dos modos potenciais de falha deve ser feita da seguinte forma:

A priorização é dada mediante o cálculo do Risco. O risco (R) é calculado para priorizar as ações de correção e a melhoria do processo. No cálculo do risco, leva-se em conta **severidade, ocorrência e detecção**. Assim, as atividades de maior risco deverão ser priorizadas.

Abaixo um exemplo de tabela FMEA, porém não é solicitado ao candidato a sua apresentação.

ANÁLISE DE MODO E EFEITO DE FALHA POTENCIAL									
Nº. FMEA: 122		Data de Início: 27-08-2012		Responsável: Cristiano					
Área: Resfriamento de Cubas		Revisão: 01		Preparado por: João		Telefone: (15) 3021-6257			
Sistema: Bombeamento		Equipe: João, Felipe, Pedro							
Nome do Componente	Função do componente	Modo(s) de falha	Efeito(s) Potencial(is) de Falha(s)	OCORR (tab1) (O)	SEVER (tab2) (S)	DETEC (tab3) (D)	RISCO (RPN) (O)*(S)*(D)	Ação Corretiva Recomendada	
M212 - Motor Elétrico	Bombear água para a caixa d'água central	Estator - Falha de isolamento	Perda de Fluxo	1	3	5	15		
		Estator - Enrolamento danificado	Perda de Fluxo	4	4	6	96	Realizar inspeção mensal no estator	
		Estator - Rotor Queimado	Perda de Fluxo	4	4	5	80	Realizar termografia mensalmente	
		Estator - Vibração Excessiva	Perda de Fluxo	5	6	5	150	Realizar análise de vibração mensalmente	
		Estator - Rolamento Travado	Perda de Fluxo	5	6	6	180	Realizar inspeção semanal no rolamento	

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

1

Considerando o disposto na NR-17, explique o que é o transporte manual de cargas e discorra sobre as exigências contidas na NR-17 sobre levantamento, transporte e descarga individual de materiais, abordando os seguintes aspectos: peso máximo das cargas, treinamento, equipamentos mecânicos para o transporte de cargas e peso máximo de cargas para trabalhadores mulheres e trabalhadores jovens.

R.: Transporte manual de cargas designa todo transporte no qual o peso da carga é suportado inteiramente por um só trabalhador, compreendendo o levantamento e a deposição da carga.

Não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas por um trabalhador, cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança. Todo trabalhador designado para o transporte manual regular de cargas, que não as leves, deve receber treinamento ou instruções satisfatórias quanto aos métodos de trabalho que deverá utilizar, com vistas a salvaguardar sua saúde e prevenir acidentes. Com vistas a limitar ou facilitar o transporte manual de cargas, deverão ser usados meios técnicos apropriados.

Quando mulheres e trabalhadores jovens forem designados para o transporte manual de cargas, o peso máximo destas cargas deverá ser nitidamente inferior àquele admitido para os homens, para não comprometer a sua saúde ou a sua segurança.

O transporte e a descarga de materiais feitos por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou qualquer outro aparelho mecânico deverão ser executados de forma que o esforço físico realizado pelo trabalhador seja compatível com sua capacidade de força e não comprometa a sua saúde ou a sua segurança.

O trabalho de levantamento de material feito com equipamento mecânico de ação manual deverá ser executado de forma que o esforço físico realizado pelo trabalhador seja compatível com sua capacidade de força e não comprometa a sua saúde ou a sua segurança.

2

Conforme o disposto na NR-15, alguns agentes ambientais presentes em atividades e operações podem caracterizar situação insalubre. Considerando os seguintes agentes: ruído, calor, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, vibração, frio, umidade, agentes químicos e agentes biológicos, explique se existe ou não limite de tolerância estabelecido pela NR-15 e seus anexos e discuta brevemente como deve ser feita a avaliação para caracterizar situação insalubre envolvendo a exposição a esses agentes.

R.: O agente ambiental ruído é avaliado de forma quantitativa por meio da comparação do valor de dose medido no ambiente de trabalho com os valores de limite de tolerância estabelecidos na NR-15. Caso os limites sejam ultrapassados, pode ser caracterizada a insalubridade. O agente ambiental calor é avaliado de forma quantitativa por meio da comparação do valor de IBUTG medido no local e a taxa metabólica com seu respectivo limite de tolerância dado pela NR-15. As radiações ionizantes são avaliadas de forma quantitativa por comparação dos limites de tolerância estabelecidos pela Norma CNEN-NN-3.01: "Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica". As radiações não-ionizantes são avaliadas de forma qualitativa e não possuem limites de tolerância estabelecidos pela NR-15. A vibração é avaliada de forma quantitativa por meio da comparação dos valores de aceleração resultante de exposição normalizada com o limite de tolerância estabelecido pela NR-15, bem como do valor da dose de vibração resultante com seu respectivo limite de tolerância. O frio não possui limite de tolerância dado pela NR-15 e é avaliado de forma qualitativa. A umidade não possui limite de tolerância e é avaliada de forma qualitativa. Os agentes químicos podem ser avaliados de forma qualitativa, se constantes no anexo nº13, ou de forma quantitativa com comparação do limite de tolerância, se constantes nos anexos nº11 e nº12. Os agentes biológicos são avaliados de forma qualitativa conforme existência ou não de atividade constante no anexo nº14.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – PSICOLOGIA

1

São princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS): a Universalidade, que define a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado, independentemente de qualquer característica social ou pessoal; a Equidade, que compreende a existência de particularidades e singularidades dos sujeitos e, portanto, de suas diferenças e necessidades distintas; e a Integralidade, que considera o sujeito em sua totalidade e complexidade e, conseqüentemente, considera fundamental a integração das ações em saúde, desde a promoção e a prevenção ao tratamento e a reabilitação, na perspectiva intersetorial e inter/transdisciplinar. Em consonância com os princípios do SUS, o paradigma Psicossocial se propõe à superação do modelo biomédico tradicional. Considerando o exposto, discorra sobre as principais implicações dessa mudança paradigmática na compreensão dos processos saúde-doença e na terapêutica, tomando como referência a Clínica Ampliada e o Projeto Terapêutico Singular (PTS) enquanto ferramentas teóricas e técnicas.

R.: No modelo biomédico, a saúde é compreendida como ausência de doença e o enfoque terapêutico é dado ao diagnóstico e à cura enquanto supressão de sintomas e da queixa. Nessa lógica, há a valorização da formação especialista em detrimento da formação generalista e mais ampla, de modo a fragmentar as diferentes áreas do saber e da atenção à saúde. O paciente tem papel passivo diante do saber-poder do profissional de saúde que é o responsável pela definição da terapêutica. Opondo-se radicalmente a esses preceitos e em consonância com o SUS e a Atenção Psicossocial, a perspectiva da Clínica Ampliada confere ao usuário status de sujeito e não mais de objeto de intervenção, tornando-se corresponsável pela produção de sua saúde. Trata-se de uma proposta de construção compartilhada dos diagnósticos e das terapêuticas, que pressupõe a complexidade dos processos saúde-doença como resultantes de múltiplas determinações, para além do enfoque biologizante, a integração dos aspectos psicológicos, sociais e culturais, e, por consequência, das diferentes abordagens na perspectiva transdisciplinar e multiprofissional. Assim, o PTS, transcendendo o modelo clínico tradicional de discussão de caso, apresenta-se como a articulação de condutas terapêuticas, com a participação ativa de usuários e profissionais, perpassando a definição de hipóteses diagnósticas e de metas, a divisão de responsabilidades e a reavaliação. O enfoque terapêutico não incide no diagnóstico e sim no investimento de outros aspectos da vida do sujeito e em sua própria vivência. Por esse motivo, são estratégias fundamentais a escuta e o acolhimento, a construção de vínculos e afetos e o diálogo.

2
Com base na Resolução nº 06/2019, do Conselho Federal de Psicologia, referente às orientações sobre a elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo no exercício profissional, cite o conceito, a finalidade e os componentes da estrutura do Laudo Psicológico, diferenciando-o de Parecer Psicológico.

R.: O Laudo Psicológico é o documento escrito resultante de um processo de avaliação psicológica, com finalidade de subsidiar decisões conforme o contexto e a demanda desta. Apresentará, com base em referenciais teórico-técnicos da ciência da psicologia, os fenômenos psicológicos avaliados, considerando os aspectos históricos e sociais do atendido e a natureza dinâmica, não cristalizada de tais fenômenos. A estrutura do Laudo psicológico é composta por seis itens: identificação, descrição da demanda, procedimento, análise, conclusão e referências.

Já o Parecer Psicológico é um documento escrito pelo psicólogo com a finalidade de emitir uma análise técnica, fundamentada cientificamente, sobre uma questão-problema do campo psicológico ou de documentos psicológicos que estão em dúvida pelo solicitante. Isto é, tem finalidade de dirimir dúvidas, uma resposta a uma consulta de questões específicas. Dessa forma, diferentemente do Laudo Psicológico, o Parecer Psicológico não decorre de um processo de avaliação psicológica, portanto em sua estrutura não se inserem os procedimentos. A estrutura do Parecer Psicológico apresenta cinco itens: identificação, descrição da demanda, análise, conclusão e referências.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

1

A limitação dos métodos tradicionais de avaliação do desempenho tem levado as organizações a buscar soluções criativas e inovadoras. Estão surgindo novos métodos de avaliação do desempenho que se caracterizam por uma colocação totalmente nova do assunto: autoavaliação e autodireção das pessoas, maior participação do funcionário em seu próprio planejamento de desenvolvimento pessoal, foco no futuro e na melhoria contínua do desempenho. Dentre os métodos modernos de avaliação do desempenho, é possível apontar a Avaliação 360°. Como define-se a Avaliação 360° e quais são as vantagens da aplicação desse método?

R.: Trata-se de uma avaliação que é feita de modo circular por todos os elementos que mantêm alguma forma de interação com o avaliado. Assim, participam da avaliação o superior, os colegas e pares, os subordinados, os clientes internos e externos, os fornecedores, o próprio sujeito avaliado e todas as pessoas que giram em seu entorno com uma abrangência 360°. Essa metodologia permite a produção de diferentes informações, sobre o desempenho do avaliado, advindas de todos os lados. As vantagens de tal método, descritas pela literatura, são: proporciona condições para que o colaborador compreenda e se adapte às várias e diferentes demandas que recebe de seu contexto de trabalho ou de seus diferentes parceiros; o sistema é mais compreensivo e as avaliações provêm de múltiplas perspectivas; a qualidade da informação é melhor; enfatiza os clientes internos/externos e o espírito de equipe; a retroação fornecida pelo entorno permite o autodesenvolvimento do avaliado.

Referência: CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.

2
Conforme a Resolução CFP n.º 007/2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, e revoga a Resolução CFP nº 17/2002, apresente o conceito e a finalidade do relatório ou laudo psicológico.

R.: O relatório ou laudo psicológico é uma apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica. Como todo DOCUMENTO, deve ser subsidiado em dados colhidos e analisados à luz de um instrumental técnico (entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico, intervenção verbal), consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico adotado pelo psicólogo.

A finalidade do relatório psicológico é a de apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, relatando sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso, com orientação e sugestão de projeto terapêutico, bem como, caso necessário, solicitação de acompanhamento psicológico, limitando-se a fornecer somente as informações necessárias relacionadas à demanda, solicitação ou petição.

ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE – SERVIÇO SOCIAL

1

O Serviço Social é profissão regulamentada no Brasil, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e atuante nas manifestações e expressões da questão social. Com base nos conceitos, fundamentos e debates do Serviço Social contemporâneo, disserte sobre a instrumentalidade no trabalho do assistente social.

R.: A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão agrega uma vez que atua na materialização de objetivos nos processos de trabalho. No debate do serviço social, a instrumentalidade é necessária e possibilita a teleologia do dever ser na intervenção profissional, que reúne reflexões e significações das relações sócio-históricas da profissão e a articulação das dimensões, técnico intelectual, ético política e formativa do serviço social. Imbuídos de teleologia, os assistentes sociais dispõem da instrumentalidade no trabalho do serviço social enquanto categoria constitutiva da profissão e operam intencionalmente na modificação das condições objetivas e subjetivas da sociabilidade contemporânea. Desse modo, a instrumentalidade é campo de mediação, que constrói um certo modo de fazer que lhe é próprio e pelo qual a profissão torna-se reconhecida socialmente. A mediação engendra a recusa da ação puramente instrumental, imediata, espontânea e tenciona a elaboração de respostas mais qualificadas na construção de novas legitimidades corroboradas pela razão crítica. Nesse decurso, o Serviço Social amplia suas funções, utiliza-se da razão crítica (dialética) de modo a se conectar a projetos profissionais permeados por referenciais teóricos e princípios ético-políticos. O compromisso do Serviço Social contemporâneo delineado pelo projeto ético-político da categoria profissional absorve elementos progressistas e emancipatórios e se coloca no âmbito da defesa dos direitos sociais e humanos da classe trabalhadora e de uma nova ordem societária baseada na liberdade, igualdade e equidade. O caráter emancipatório da instrumentalidade, das metodologias de ação e do processo de trabalho intencionam a significação e constituição da autonomia profissional do (da) assistente social.

2

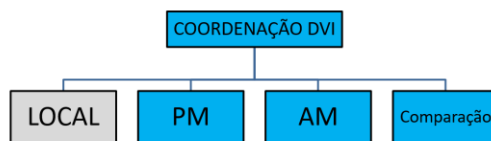
A partir da Constituição Federal de 1988, as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e reestruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro. A partir de 1990, a onda neoliberal que assolou o Brasil reflete na materialização dos preceitos garantidos constitucionalmente no âmbito da seguridade social. Frente a esse contexto, disserte sobre a materialização da seguridade social e a agenda neoliberal no contexto brasileiro.

R.: Conforme Ivanete Boschetti, 2009, os princípios constitucionais no âmbito da seguridade social poderiam redirecionar as políticas de saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar um sistema de seguridade social amplo, coerente e consistente, com predomínio da lógica social e não da lógica contratual do seguro. Isso, contudo, não ocorreu, em função de uma série de elementos conjunturais e estruturais. A onda neoliberal que assolou o país a partir da década de 1990 foi determinante para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais. O Estado não assumiu os compromissos redistributivos e os direitos conquistados pela classe trabalhadora e inseridos na carta constitucional foram submetidos ao ajuste fiscal. Assim, estabeleceu-se um sistema de seguridade social o qual teoricamente, manteve o princípio de universalidade e integralidade no âmbito da saúde com o Sistema Único de Saúde (SUS), que passou a reestruturar, a partir de 2004, a política de assistência social, com base no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e que fortaleceu a lógica do seguro no âmbito da previdência. A seguridade social brasileira, desse modo, não avançou no sentido de fortalecer a lógica social. Ao contrário, caminhou na direção do fortalecimento da lógica do contrato.

PERITO ODONTOLEGISTA – ODONTÓLOGO – QUESTÕES TEÓRICAS

1

O seguinte diagrama demonstra o processo da resposta pericial em identificação de vítimas de desastres (DVI) em massa, conforme preconizado pela comunidade internacional, por meio da INTERPOL. Com base neste diagrama, disserte sobre as atividades relacionadas ao perito odontólogo nas 4 fases mostradas a seguir e demonstre a importância desse profissional em toda a resposta, dissertando sobre: o processo de resposta DVI, as atividades de cada fase e os métodos de identificação.



R.: O processo de resposta em Identificação de Vítimas de Desastres – DVI – é considerado uma atividade técnico-científica. O protocolo INTERPOL preconiza que a resposta DVI tenha uma coordenação única e seja dividida em 4 fases, a saber: local, *post mortem* (PM), *ante mortem* (AM) e comparação. Além disso, preconiza-se como regra que a identificação seja realizada por métodos primários de identificação: odontologia, papiloscopia e DNA; e apoiada por métodos secundários de identificação. Na fase de local, cujas atividades estão relacionadas com a perícia de local e a busca e recuperação dos corpos (BRC), o acompanhamento/supervisão técnica por parte do perito odontólogo é recomendado, tendo em vista que os dentes são um dos métodos primários para a identificação e devem ser protegidos para que não se percam durante as atividades de BRC. Nas fases PM e AM, são realizadas atividades de coleta das informações biológicas das vítimas, respectivamente, dos corpos no necrotério e junto aos familiares e outras instituições, sendo que as informações relacionadas ao sistema estomatognático, em ambas as fases, devem ser realizadas e/ou supervisionadas pelo odontologista/cirurgião-dentista, que é o profissional que tem a capacidade de entender que tipo de informação pode ser buscada em cada caso. Na fase de comparação, confronta-se os dados de identificação coletados nas fases AM e PM – os relacionados ao sistema estomatognático, necessariamente, confrontados pelo odontologista/cirurgião-dentista – visando à identificação humana que será oficializada em fase subsequente no comitê de identificação.

2

Pacientes podem sofrer danos durante um tratamento com um cirurgião-dentista, inclusive em alguma parte de seu sistema estomatognático. Com base na responsabilidade civil profissional, disserte sobre as lesões corporais culposas. Considerando que esses danos também podem atingir a esfera penal, disserte sobre lesões corporais relacionadas à debilidade permanente de sentido ou função (lesão grave) e à deformidade permanente (lesão gravíssima), tendo em vista o art. 129 do Código Penal: “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”.

R.: Uma lesão corporal é de natureza culposa quando o agente lhe deu causa por imprudência, imperícia ou negligência. Nesse tipo de lesão, não há gradação em relação à quantidade/qualidade do dano, devendo ser considerado, para sua avaliação: o dano, onexo causal e a ação que o causou. A negligência se dá por omissão (quando não faz o que se deve), a imprudência por manter conduta sem a devida moderação (quando faz o que não deveria ser feito) e a imperícia por não utilizar cuidados e habilidades esperadas para o caso (por incapacidade, incompetência ou inaptidão).

A debilidade permanente de sentido ou função se refere à redução da capacidade funcional de maneira perene – i.e, mastigatória ou fonética, sem possibilidade de tratamento, considerando tratamentos habituais e comuns. A deformidade permanente é uma alteração estética grave da qual não existe a possibilidade de reparação, devendo ser visível e, de certo vulto, causar um incômodo permanente ao sujeito, não importando para a classificação a possibilidade de cirurgia reparadora.

1

Um odontologista analisou um esqueleto no IML e produziu documentação post mortem na forma de fotografias de crânio, face e mandíbula. Diante do exposto, com base nas seguintes imagens produzidas:

- estime o sexo por meio de marcadores biológicos ósseos importantes destacados nas figuras 1 e 2, justificando como chegou a essa conclusão;
- após, considerando exclusivamente os ossos e a metodologia antroposcópica, disserte sobre 5 marcadores biológicos ósseos presentes no crânio e/ou na face que podem ser utilizados para a estimativa da ancestralidade (não há necessidade de realizar a estimativa do caso, apenas descrever como é realizada a avaliação, por exemplo: forma craniana.);
- por último, produza um inventário dental descritivo dos dentes inferiores destacados na figura 3. Utilize a notação dental FDI para identificar os dentes (ex: 33, 45 etc.).

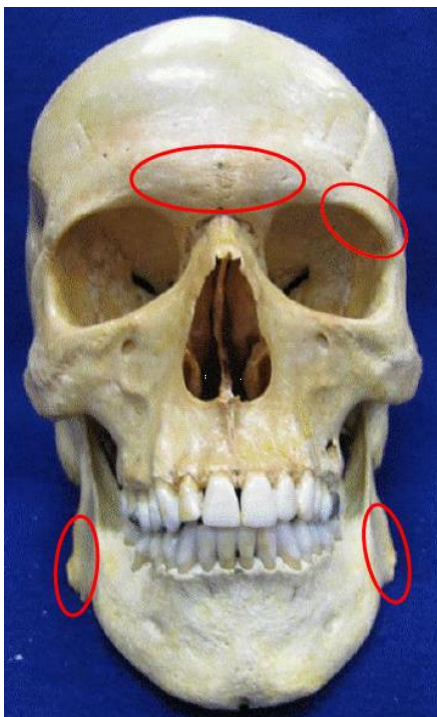


Figura 1.

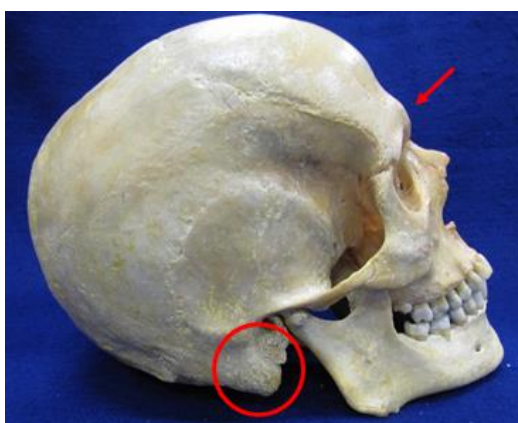


Figura 2.



Figura 3.



Figura 4.



Figura 5.

R.: Para estimar o sexo podem ser utilizados diversos marcadores biológicos no crânio, sendo os destacados na figura: a glabella e cristas supraorbitais, a margem supraorbital, o mastoide e a abertura do ângulo mandibular. Existe um dimorfismo sexual nessas estruturas que permite realizar a estimativa de sexo. A mastoide apresenta-se robusta. A glabella e cristas supraorbitais estão pronunciadas, de maneira que a articulação frontonasal é angulada. A margem supraorbital se apresenta arredondada (romba). Na mandíbula, existe uma eversão bigoníaca acentuada na região do ângulo da mandíbula (abertura do ângulo mandibular e saliência lateral). Todas essas características são compatíveis com um indivíduo do sexo masculino, que normalmente apresenta estruturas mais robustas e maiores, devido à inserção dos músculos nestas regiões.

A melhor metodologia para estimar a ancestralidade é baseada nos ossos do crânio e da face humana, tem-se como marcadores biológicos que podem ser utilizados com base em metodologia antropológica: comprimento e formato craniano; perfil e forma da face; órbitas: forma, projeção da borda inferior, robustez da borda superior; nariz: largura, forma da borda inferior, altura e largura do topo, altura do dorso, tamanho/projeção da espinha nasal;

desenho das suturas cranianas; característica da região pós-bregmática; tamanho da mandíbula; forma do palato. (Para avaliação, foram considerados 5 entre esses marcadores)

Inventário odontológico mandibular:

48 – Presente. Restauração de amálgama oclusal. Inclinação para mesial.

47 – Presente. Restauração de amálgama oclusal. Inclinação para mesial.

46 – Ausente *ante mortem* (alvéolo fechado).

45 – Presente. Restauração de amálgama oclusomesial.

44 – Presente. Restauração de amálgama oclusal.

43 – Presente.

33 – Presente.

34 – Ausente *post mortem* (alvéolo aberto).

35 – Presente. Restauração de amálgama oclusodistal.

36 – Presente. Restauração de amálgama oclusal.

PERITO MÉDICO LEGISTA – MÉDICO – QUESTÕES TEÓRICAS

1

Nas asfixias mecânicas, é possível estabelecer um cronograma de suas diversas fases por meio do aparecimento de algumas manifestações clínicas. Descreva quais manifestações clínicas são observadas em cada uma dessas etapas. Além disso, diferencie esganadura, enforcamento e estrangulamento, levando em consideração o conceito e os sinais observados externamente na região cervical em cada modalidade.

R.: Nas asfixias mecânicas, é possível estabelecer um cronograma de suas diversas fases por meio do aparecimento das seguintes manifestações clínicas: 1ª fase: cerebral: caracteriza-se pelo aparecimento de enjoos, vertigens, sensação de angústia e lipotimias, além de perda da consciência (duração de 1 a 2 min); 2ª fase: excitação cortical e medular: notam-se convulsões generalizadas e contrações dos músculos respiratórios e da face, além de relaxamento dos esfíncteres (duração de 1 a 2 min); 3ª fase: respiratória - caracteriza-se pela lentidão e superficialidade dos movimentos respiratórios e pela insuficiência ventricular direita, o que contribui para acelerar o processo de morte (duração de 1 a 2 min); 4ª fase: cardíaca: quando os batimentos do coração são lentos, arrítmicos e quase imperceptíveis ao pulso (duração de 3 a 5 min).

Esganadura é a contração das estruturas do pescoço com o uso das mãos do agressor. Observa-se como lesões características escoriações e equimoses em região cervical. Estrangulamento é a contração das estruturas do pescoço por laço acionado por uma força externa. Nessa modalidade, observa-se um sulco transversal contínuo, sem interrupção, retilíneo. Enforcamento é a contração das estruturas do pescoço por laço acionado por ação do próprio peso. Como características, observa-se o sulco com interrupção a nível do nó, oblíquo. (FRANÇA 2017; HÉRCULES, 2014).

2

No ano de 1940, o Código Penal qualificou de infanticídio “matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após”. Na caracterização dos objetivos dessa perícia, que muitos denominam a *crucis peritorum* (a cruz dos peritos), torna-se imprescindível a avaliação da vida extrauterina. Um dos métodos mais utilizados baseia-se na comprovação da respiração pela docimásia hidrostática pulmonar de Galeno. Sobre essa prova de vida, descreva suas fases, seus respectivos procedimentos e interpretações dos possíveis resultados.

R.: A docimásia hidrostática pulmonar de Galeno consiste em um reservatório cilíndrico, largo e profundo, colocando-se água comum em temperatura ambiente até cerca de 2/3 de sua capacidade e é dividida em quatro fases:

1ª fase: põe-se no líquido o bloco constituído de todo o sistema respiratório (pulmões, traqueia e laringe) além da língua, do timo e do coração. Se esses órgãos flutuam por inteiro ou à meia-água, diz-se que a fase é positiva, dispensando-se as demais. Caso contrário, ela é negativa, impondo-se a fase seguinte.

2ª fase: mantendo-se o bloco no fundo do vaso, separam-se os pulmões pelo hilo das demais vísceras. Se estas permanecem no fundo e os pulmões flutuam por inteiro ou à meia-água, diz-se que a segunda fase é positiva, não sendo necessário ir adiante. Se os pulmões permanecem no fundo, essa fase é negativa. Procede-se à fase seguinte.

3ª fase: com os pulmões no fundo do reservatório, cortam-se, no interior do líquido, vários fragmentos de pulmão e observam-se seus comportamentos. Se todos esses fragmentos permanecem no fundo, a terceira fase é negativa, impondo-se a fase seguinte. Se alguns fragmentos flutuam, essa fase é considerada positiva.

4ª fase: tomam-se alguns desses fragmentos que permaneceram no fundo do recipiente, comprimindo-os entre os dedos e de encontro à parede do vaso. Se há desprendimento de finas bolhas gasosas misturadas com sangue, essa é fase considerada positiva. Caso contrário, ela é negativa. (FRANÇA, 2017).

PERITO MÉDICO LEGISTA – MÉDICO – ESTUDO DE CASO

1

Às 05 horas da manhã do domingo, duas crianças acompanhadas pelo conselho tutelar dão entrada no IML após serem vítimas de abuso sexual. O fato ocorreu às 22 horas do dia anterior (cerca de 07 horas antes do exame pericial). Uma das vítimas de violência sexual (V1), sexo feminino, 12 anos de idade, refere penetração vaginal com uso do preservativo e nega vida sexual anterior ao fato. Já a outra vítima, (V2), 13 anos, sexo masculino, refere penetração anal além de ejaculação sem o uso do preservativo. Considerando a situação hipotética apresentada, descreva o passo a passo da perícia sexual em cada uma das vítimas (V1 e V2), levando em consideração o exame objetivo específico, e justifique, por critérios técnicos e possíveis sinais observados ao exame físico, de que forma é possível se chegar à confirmação do abuso sexual em ambos os casos.

R.: V1: coloca-se a paciente em posição ginecológica, examinando-se cuidadosamente o aspecto e a disposição dos elementos da genitália externa. Em seguida, tomam-se os grandes e os pequenos lábios entre as extremidades dos polegares e dos indicadores, puxando-os para fora e na direção do examinador, de modo que se exponha inteiramente o hímen.

Descreve-se as características do hímen e suas rupturas de forma simples e objetiva, dando todas as características de idade dessa lesão (bordas das rupturas e, quando houver, a presença de sangramento, de sufusão hemorrágica ou orvalhamento sanguíneo, de edema, de reação inflamatória ou de tecido de granulação, ou simplesmente as características de seu estágio de cicatrização), sua localização, o número delas, o tamanho do óstio, a altura da orla e a consistência, o espessamento, a possibilidade de franqueamento e a distensibilidade himenal.

Deverá ser realizada a coleta de swabs com objetivo de captar vestígios de espermatozoides, pesquisa de PSA e captação de restos epiteliais que caracterizem o ato sexual e identifique o agressor por meio da análise do DNA. Em conjunção carnal não recente, são apontadas como vestígios a rotura cicatrizada do hímen, a gravidez e a contaminação por determinadas doenças sexualmente transmissíveis.

V2: o examinado deve ser colocado em posição de “prece maometana” (genupeitoral). Podem-se notar equimoses e sufusões (rágades) da margem do ânus, escoriações, hemorragias por rupturas ou esgarçamento das paredes anorretais e perineais, congestão e edemas das regiões circunvizinhas, infecções secundárias, dilatação brusca do ânus, orifício doloroso ao toque retal, ruptura de pregas anais, presença de “paralisia antálgica da dor” ou sinal da “dilatação anal reflexa”, quando se observa o canal anal aberto nas primeiras 2 ou 4 h da agressão, e traumatismo da face interna dos genitais na proximidade do orifício anal.

Deverá ser realizada a coleta de swabs no intuito de encontrar resíduos espermatozoides ou células epiteliais que possam caracterizar o abuso e identificar o agressor por meio do exame de DNA. (FRANÇA, 2017; HÉRCULES, 2014).

PERITO MÉDICO LEGISTA – MÉDICO PSIQUIATRA – QUESTÕES TEÓRICAS

1

A respeito do exame de cessação de periculosidade, discorra sobre os seguintes questionamentos:

- **O que é o exame de cessação de periculosidade e qual é o procedimento para realização desse exame?**
- **Quanto ao tempo, qual é a classificação desse tipo de perícia? Justifique.**
- **Em que momento(s) ou fase(s) pode ser ordenado o exame?**
- **Qual(is) fator(es) restabelece(m) a periculosidade do agente?**

R.: O exame de cessação de periculosidade em direito penal avalia se a doença mental do agente ainda está presente (descompensada ou não), com o objetivo de inferir as condições de retorno ao convívio familiar e/ou social (aferição de probabilidade de risco da reiteração do comportamento criminoso). Nesse sentido, a cessação da periculosidade deve ser averiguada por meio de perícia médica (exame de verificação de cessação de periculosidade) realizada por Perito Oficial Médico Psiquiatra.

Trata-se de um exame prospectivo, com o objetivo de avaliação do estado mental atual após tratamento.

Esse exame é realizado na fase processual quando o indivíduo for considerado inimputável ou semi-imputável em decorrência de uma doença psiquiátrica ou no curso da execução penal para os que cumprem medida de segurança.

A desinternação, ou a liberação, será sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de 1 (um) ano, pratica fato indicativo de persistência de sua periculosidade, ou, em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins curativos

2

Considerando o crime de infanticídio, disserte a respeito dos seguintes questionamentos:

- qual é o conceito de infanticídio?
- qual critério fisiológico ou fisiopsíquico é avaliado na prática do infanticídio?
- o que se entende por esse critério fisiológico ou fisiopsíquico e, por fim, quais são as implicações legais quando comprovado o infanticídio sob esse critério?

R.: Considera-se infanticídio matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto. Nesse sentido, o critério fisiológico ou fisiopsíquico avaliado nessa prática é o estado puerperal. Trata-se esse estado como perturbações físico-psíquicas, que acometem as mulheres, de ordem física e psicológica decorrentes do parto. Ocorre, por vezes, que a ação física deste pode vir a acarretar transtornos de ordem mental na mulher, produzindo sentimentos de angústia, ódio e desespero, o que pode levar a mulher a eliminar a vida de seu próprio filho. O estado puerperal é definido como situação transitória enfrentada pela mulher durante ou após parto, ensejadora de alterações de ordem física e psíquica que podem ocasionar abalo em suas faculdades mentais, reduzindo-lhe a capacidade de discernimento. Normalmente, nesses casos, a pena é atenuada. Isso porque entende o legislador que a puérpera equivale a uma pessoa semi-imputável, já que a pena de 2 a 6 anos equivale a 1/3 da pena de homicídio.

PERITO MÉDICO LEGISTA – MÉDICO PSIQUIATRA – ESTUDO DE CASO

1

Eduardo, 25 anos, quarto filho de uma prole de cinco, ensino fundamental incompleto, natural e procedente de Natal/RN, solteiro, vive com a mãe, estando, no momento, desempregado. Nascido de parto normal, sem intercorrências, teve desenvolvimento neuropsicomotor dentro dos limites da normalidade.

Na infância, fora uma criança retraída, com poucos amigos e distante dos irmãos. Abandonou os estudos devido ao baixo rendimento escolar, conseguindo desenvolver as capacidades para escrita e para leitura. Por volta dos 18 anos, trabalhou como porteiro e foi demitido aos 20 anos. Refere que teve vários problemas com moradores dos arredores do condomínio, os quais o perseguiram e o ameaçavam com frequência. Relata que já se sentiu perseguido várias vezes durante o trajeto de saída do trabalho para casa. Não constituiu família e teve apenas um relacionamento amoroso que perdurou por duas semanas. Refere uso de maconha esporadicamente desde os 18 anos. Por volta dos 22 anos, passou a apresentar comportamento agressivo e ameaçador, sem fatores desencadeantes, com a equipe da unidade de saúde da região. A equipe, percebendo que seu comportamento era destoante dos demais pacientes, o encaminhou para o CAPS, onde começou tratamento irregular e com baixa adesão. Refere que não gostava da equipe do CAPS, pois ela ligava insistentemente para sua casa cobrando sua presença no CAPS. Não achava que precisava de medicação. Refere que ouvia vozes dizendo: “chegou sua hora”, “estão querendo te envenenar”. Observa enfermeiras comentando sobre injeções e acredita que será aplicada injeção com veneno para matá-lo. Nos dias anteriores ao crime, estava desconfiado, acreditando que o psiquiatra e duas enfermeiras estavam planejando envenená-lo nos próximos dias e ouvia vozes cada vez mais intensas autorreferentes e que sua morte estava iminente. Em 25 de janeiro de 2021, na sede do CAPS, Eduardo, com intenção homicida, entrou com uma faca escondida e desferiu fatalmente, com golpes de instrumento perfurocortante, o psiquiatra e uma das enfermeiras da equipe, sendo contido pelos demais pacientes. Nega arrependimento diante do ocorrido, apresenta justificativa delirante em relação ao ato e, ainda, pensa em retornar ao CAPS com o intuito de “terminar” o ato contra a outra enfermeira. Consta no prontuário do CAPS que Eduardo é portador de Esquizofrenia Paranoide, patologia codificada pelo CID 10: F20.0. Foi denunciado pelo Ministério Público e levado às autoridades para avaliação do Psiquiatra Forense. Em 28 de janeiro de 2021, durante a avaliação do periciado, ele estabelece contato produtivo com o examinador, porém apresenta comportamento suspicaz, olhando sempre para a porta da sala e para os lados. Apresenta vestes adequadas, barba por fazer e cabelos desalinhados. Está lúcido, orientado no tempo e parcialmente no espaço, hipoprosódico e apresentando mussitação, afeto embotado, pensamento ilógico, sem alteração de fluxo, delírios de controle e persecutórios, capacidade intelectual condizente ao nível de escolaridade, hipotenaz, sem alterações aparentes na memória, hipobúlico, hipopragmático e insight ausente. A acompanhante (mãe) acredita que seu filho não tem problemas mentais, contudo refere que trabalhava muito e tinha pouco convívio com ele. Refere que ele não fala mais com o irmão desde os 18 anos e desconhece o motivo. Expõe histórico paterno de internações psiquiátricas, mas desconhece quais são as patologias.

Em relação a esse caso clínico, discorra sobre:

- a aplicabilidade do exame;
- o tipo e a justificativa do exame;
- quem pode ordenar o exame;
- a capacidade de entendimento e determinação do periciado correlacionando ao quadro clínico;
- a responsabilidade penal;
- sinais e sintomas observados de avaliação, prognósticos e risco de violência e a medida mais adequada ao caso em questão.

R.: O exame é cabível, devido ao fato de o periciado ter praticado um crime com duas vítimas fatais. O tipo de exame a ser aplicado é o exame de insanidade mental ou exame de imputabilidade penal, o qual é aplicado quando houver dúvida sobre a integridade do acusado no momento do crime, sendo considerada uma perícia retrospectiva. O exame poderá ser ordenado pelo Juiz mediante ofício ou requerimento de autoridade, como, no caso em questão, do Ministério Público.

A capacidade de entendimento refere-se à possibilidade que o indivíduo tem de conhecer e compreender a natureza, as consequências do ato ilícito. No caso, o periciado apresenta explicação delirante em relação ao crime, o que compromete a capacidade de entendimento. A capacidade de determinação está relacionada ao componente volitivo da ação, ou seja, à possibilidade de o indivíduo escolher entre praticar ou não o ato, estando em condições mentais adequadas para uma reflexão prévia dentro de um processo volitivo normal. No caso, o periciado apresenta capacidade de determinação comprometida, age de acordo com o delírio e fuga para não ser “envenenado” com a injeção.

A responsabilidade penal é o dever jurídico de responder pela ação delituosa que recai sobre o agente imputável. Quanto ao caso em questão, o periciado é considerado inimputável.

Como sinais e sintomas de pior prognóstico relacionados ao caso, estão: falta de consciência da própria morbidade, baixa aderência ao tratamento medicamentoso, histórico familiar de internações psiquiátricas, uso de substância psicoativa (maconha), delírio estruturado e autorreferente intenso e progressivo, sistema de apoio deficiente (familiar). Como risco de violência, é observado principalmente o fato de ter cometido o crime e ainda permanecer com a intenção homicida.

Quanto à medida protetiva mais adequada ao caso, devido aos sintomas ainda estarem presentes, falta de arrependimento do ato e intenção de terminar o “trabalho”, Eduardo deverá ser mantido em hospital de custódia até o cessamento de sua periculosidade.